



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM PRIMEIRO TURNO - PROJETO DE LEI Nº 2045/2016.

#### VOTO DO RELATOR

#### RELATÓRIO

De autoria do Vereador Pablo César - Pablito, o Projeto de Lei nº 2045/2016 foi distribuído à exímia Comissão de Legislação e Justiça nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno, incumbindo-a avaliar a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposta em epígrafe.

A proposta em fomento cuja ementa é **"Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Produção Artesanal e de Incentivo à Produção de Cervejas e Chopes artesanais no município de Belo Horizonte."** foi justificada pelo autor na folha de nº 07.

O projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nºs 08 a 21.

Designado Relator para exame da matéria é nessa condição, que passo à fundamentação e voto.

Cm-Rel. - p. 1ativa-23-Nov-2016-16:43-066070-001



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## FUNDAMENTAÇÃO

A proposta em apreço institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Produção Artesanal e de Incentivo à Produção de Cervejas e Chopes artesanais no município de Belo Horizonte, visando assegurar ao município o desenvolvimento turístico sustentável e integrado, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda, fortalecer as tradições culturais, a produção familiar, proporcionar melhores condições de vida à população, aumentar as receitas e melhorar a capacidade de Poder Municipal em gerir as ações do setor.

Em sua justificativa, o autor menciona que objetiva incentivar o setor turístico e resgatar as tradições locais, associando-as à preservação da história e proteção do patrimônio material e imaterial.

No que compete a esta ilustre Comissão, passamos a analisar a matéria conforme o dispositivo do art. 52, I, "a" do Regimento Interno, analisando os aspectos constitucional, legal e regimental.

A matéria mencionada é amparada pelo regulamento do art. 30, I da Carta Magna, quando prevê a capacidade do Poder Público para desempenhar uma competência própria normativa na elaboração de leis municipais.

A proposta apresentada atende igualmente os ditames do art. 37 da Constituição da República afirmando que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No que tange à legalidade, o projeto corrobora com os ditames da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que afirma no art. 7º, II que o Município exerce sua autonomia ao legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber.

Contudo, a proposição afronta o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2010, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal:

***“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (grifo nosso)***

***I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;***

***II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”***



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

Salienta-se ainda, que o projeto viola o art. 88, II, "h", da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, o qual dispõe como matéria de iniciativa privativa do Prefeito a concessão de isenção, benefício ou incentivo fiscal.

Portanto, mesmo reconhecendo a importância e ainda que louvável a iniciativa do nobre Vereador, a proposta em análise contraria quesitos legais. Ressalva-se, entretanto que, quaisquer questões de mérito serão averiguadas pelas demais comissões permanentes.

Observadas as qualidades indispensáveis para análise da matéria, verificado o que determina o Regimento Interno desta Casa Legislativa passo a conclusão que segue.

### **CONCLUSÃO**

Pelas razões expostas, opino pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 2045/2016.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2016.

**VEREADOR JUNINHO LOS HERMANOS**

**Relator Comissão de Legislação e Justiça**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### PARECER 1º TURNO - PROJETO DE LEI 2059/2016 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA VOTO DO RELATOR

#### RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer o Projeto de Lei nº. 2059/2016 de autoria do Executivo - Mensagem nº 39, de 14 de Outubro de 2016 "*Altera a Lei nº 8.616/2003.*"

O projeto de lei foi instruído com a legislação correlata às fls. 3 a 8.

Não foram acostados documentos.

À fl.2 encontra a mensagem do autor.

Nos termos do Regimento Interno fui designado como relator (fl.10).

Em síntese é o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

#### FUNDAMENTAÇÃO

##### *Douta Comissão de Legislação e Justiça*

Antes de adentrar na análise da constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa, passo inicialmente à análise da iniciativa parlamentar como item apartado do item relativo à constitucionalidade, haja vista que este aspecto pode interferir na tramitação da proposição.

013-01751-231416-25 NOV-2016 14:54-005079-001



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### Da iniciativa

“O ato que deflagra todo o procedimento de feitura dos atos normativos é a iniciativa. *Iniciativa é, assim, o primeiro ato de elaboração de uma norma, pertencente ao Executivo, ao Legislativo, e à população.* Quer dizer, há que se ver, em primeiro lugar, quem está legitimado a iniciar o processo para a feitura da lei. Tem legitimidade, em alguns casos, o Vereador, a Mesa Diretora, as Comissões, o Prefeito ou a população. Estes podem, desde que legitimados a tanto, oferecer projeto que vise a sua transformação em lei.” (sic) <sup>1</sup>.

Ao município e aqui deve entender Legislativo e Executivo, é constitucionalmente permitido legislar sobre matérias pertinentes ao interesse local, termo este que abrange vários interesses. *In casu*, os munícipes são diretamente afetados pelos acontecimentos, pois, é aqui que residem ou nele transitam o que, pela hermenêutica da lei está intrinsecamente ligado ao interesse local.

A matéria em análise é afeita aos interesses do município, haja vista o que dispõe no art. 30, inciso I da CF/88, c/c os artigos 87 e 88 da LOMBH, que enunciam a competência do Legislativo e do Executivo municipal para exercer sua *capacidade normativa própria* na elaboração de leis municipais.

*In casu*, entendo que não há nenhum óbice constitucional para a regular tramitação do projeto de lei em análise.

Ultrapassada esta questão, passo à análise da **constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e da boa técnica legislativa** da proposição em tela.

Insta salientar, que nos termos do art. 52, inciso I, letra “a”, do Regimento Interno desta Casa deve esta comissão incumbir-se da apreciação dos aspectos constitucional, legal e regimental dos projetos ou proposições.

Contudo, não se pode deixar de observar certas características das proposições conhecidas como atributos das leis, tais como, a **novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade**.

### Da regimentalidade

O art. 99 do Regimento Interno desta Casa delega para o Presidente a função de apreciar ao receber a proposição, pelo menos em tese, o aspecto da regimentalidade como

---

<sup>1</sup> - Tratado Teórico e Prático do Vereador – Autor Jair Eduardo Santana, pág. 98, Ed. Del Rey, ano 1998



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

um todo. Todavia, após a distribuição dela (art. 106 do R.I.), percebe-se que esta análise deve ainda permear por este mesmo prisma no âmbito também desta conceituada Comissão de Legislação e Justiça.

Dispõe o art. 11 da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observando ainda os demais requisitos constantes da letra “a” e seguintes.

No caso de alteração de leis deve-se observar também o disposto no art. 12 da LC 95/98.

Conclui-se, portanto, que o Regimento Interno traduz praticamente o mesmo comando existente na LC 95/98 como disposto acima.

Logo, no que diz respeito a este tópico (da regimentalidade) não vejo nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o **projeto de lei** está em consonância com o **art. 48, inciso I, c/c o art. 52, inciso I, alínea “a” e § 1º do art. 98 e art. 99**, todos do Regimento Interno desta Casa.

### *Da constitucionalidade ou inconstitucionalidade*

A inconstitucionalidade caracteriza-se quando atinge a Constituição Federal e ou a Estadual, quer dizer, deve ser de tal modo que fira os seus textos - *tanto de uma quanto de outra ou de ambas*.

O art. 21 da Constituição Federal trata daquilo que compete à União. O art. 22 elenca as matérias sobre as quais a União pode legislar privativamente. O art. 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o art. 24 aponta a competência concorrente da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Considerando as prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e complementá-los.

Tem por pressuposto que a Constituição é a norma mais importante de um país, de um sistema jurídico e, por isso, deve a sua supremacia ser protegida.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No Brasil a Constituição Federal é rígida e escrita, por isso existe o controle da mesma.

Nesse particular não há qualquer proibição de ordem constitucional sobre a matéria.

Logo, à luz do aspecto da Constitucionalidade verifica-se que houve observância aos dispositivos da Carta da República e da Carta Magna Mineira.

### *Da legalidade ou ilegalidade*

A doutrina tem adotado o entendimento da corrente de que o **princípio da juridicidade** engloba o princípio da legalidade e o princípio da legitimidade. Quer dizer, o princípio da legalidade passou a ser como um integrante de um princípio maior, qual seja, o princípio da juridicidade.

Distingui-se a noção de legalidade da noção de juridicidade. Este se encontra no domínio amplo do direito, exige-se do ato sua conformidade, não só com as regras jurídicas, como também com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito previstos explícita e implicitamente na Constituição. **Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.**

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do direito.

Desta feita, do ponto de vista da legalidade, presume-se que o Regimento Interno quis levar em conta a legislação infraconstitucional federal, posição a qual, salvo engano, vem sendo adotada por esta Casa desde a adoção da Resolução nº 2.042, de 29 de dezembro de 2000.

Feitas estas considerações, prossigo na análise deste tópico.

A Proposição de Lei em análise tem por objetivo, segundo o autor, ***“Complementar a Lei n° 10.653, de 02 de setembro de 2012, que possibilitou a instalação de engenhos de publicidade institucional nos imóveis destinados a campo de futebol de várzea.”***

A proposta apresentada pelo legislador me parece adequada a partir do momento em que, possibilita ampliar-se a permissão de exploração de publicidade em campos





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de várzea para abarcar também a instalação de engenhos publicitários, com o objetivo de incentivar as práticas esportivas nesses espaços, promovendo melhores condições para o seu uso.

Sendo assim e, diante do acima mencionado, a proposição, em comento sob o ponto de vista legal, se afigura adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

### *Da técnica legislativa*

Neste caso dou por prejudicada a análise, haja vista que não vislumbro, a princípio, nenhum reparo necessário e que se não indicado neste ato possa prejudicar o andamento ou a aprovação da proposição em comento.

Todavia e por cautela, face ao que dispõe o Regimento Interno desta Casa, **sobretudo a possibilidade de recurso**, manifesto alegando que possíveis reparos ou adequações, caso sejam necessários, poderão ser realizados no momento da **Redação Final**, os quais deverão ser feitos em conformidade com o que tiver sido aprovado, objetivando adequar o PL à técnica legislativa e assim escoimar a proposição dos possíveis vícios de linguagem, de impropriedades de expressão e erros materiais, tudo nos termos dos artigos 156 a 159 do RI.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

### CONCLUSÃO

**POSTO ISSO**, opino pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do Projeto de Lei 2059/2016 – Mensagem nº 39, de 14 de outubro de 2016.

Belo Horizonte, 25 de Novembro de 2016

Sérgio Fernando Pinho Tavares  
Vereador - PV  
Relator CLJ



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## **Comissão de Legislação e Justiça** **Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.384/14**

### **Relatório**

O Projeto de Lei nº 1.384/14, que “Cria o Parque Regional Oeste e dá outras providências”, de autoria do vereador Juliano Lopes, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### **Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### **Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.384/14.

Dirleg: 27/10/2016 17:14-005107-1/1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 1.384/14

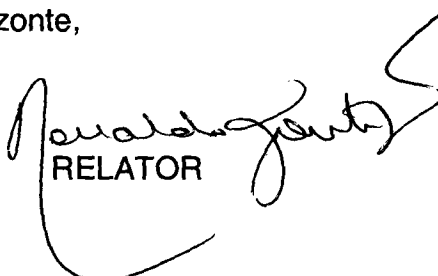
Cría o Parque Regional Oeste e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica criado o Parque Regional Oeste no Bairro Betânia, estimado nos lotes 6 e 7, na confluência da Via 210 com a Avenida Tereza Cristina, e adjacente à Rua Amur, com Área para Equipamento Social de 1.740m<sup>2</sup> (mil setecentos e quarenta metros quadrados) e área verde de 3.210m<sup>2</sup> (três mil duzentos e dez metros quadrados), destinado à finalidade ambiental.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.404/14**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 1.404/14, que “Altera a lei 10.604 de janeiro 2013 que dispõe sobre os princípios, as diretrizes e os objetivos da política de atenção integral à saúde do Homem no Município de Belo Horizonte”, de autoria do vereador Dr. Nilton, foi aprovado pelo Plenário com a Emenda nº 1 (Supressiva) e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foi suprimido o art. 3º do projeto original em decorrência da aprovação da Emenda nº 1. Foram também promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.404/14.



**PROJETO DE LEI Nº 1.404/14**

Altera a Lei nº 10.604/13, que “Dispõe sobre os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem”.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O inciso II do art. 3º da Lei nº 10.604, de 15 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

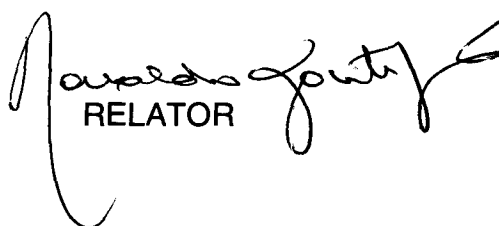
"Art. 3º - [...]

[...]

II - promover campanhas de conscientização anualmente, pelo mínimo de 30 (trinta) dias, em todos os meios de comunicação disponíveis, ações de educação visando difundir a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem;”. (NR)

Art. 2º - O Executivo incluirá na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, do exercício seguinte à data de publicação desta lei, as despesas decorrentes de sua execução.

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



DIRLEG	Fl.
--------	-----

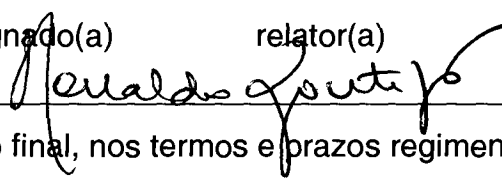
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 1723 / 2015

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 16 / 11 / 16

  
Seção de Apoio ao Plenário – SECPLE

Fica designado(a)  relator(a) o(a) Vereador(a) para emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 28 / 11 / 2016

  
Presidente da COMISSÃO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.723/15**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 1.723/15, que “Institui o Dia do Advogado Público do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”, de autoria do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. A ementa foi reescrita, para adequar-se ao disposto no art. 1º do projeto.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.723/15.

DIRLEG - Diretoria Legislativa - 28-Nov-2016 - 15:10 - 005050-1/1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 1.723/15

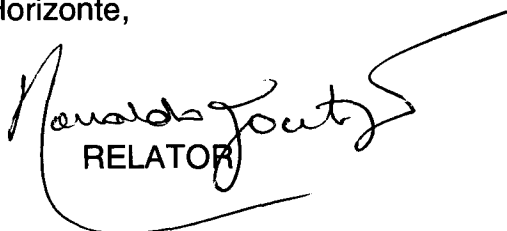
Institui, no âmbito municipal, o Dia do Advogado Público.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito municipal, o Dia do Advogado Público, a ser comemorado no dia 13 de outubro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,

  
RELATOR





DIRLEG

Fl.

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**PL Nº 1788 / 2015**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**Para Redação Final**Em 16 / 11 / 16  
Seção de Apoio ao Plenário – SECPLE

Fica Renata Gontijo designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a)  
para emitir  
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 09 / 11 / 2016  
Presidente da COMISSÃO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.788/15**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 1.788/15, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210/1996, que *"Estabelece critérios para a publicação das leis do Município e para a publicidade do Executivo"*, de autoria do vereador Juninho Paim, foi aprovado pelo Plenário, com a Emenda nº 1 (substitutivo), e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.788/15.

PROJ. DE LEI Nº 1.788/15 - LEGISLATIVA - 29-NOV-2016-17:14-005106-1/1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 1.788/15

Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 6.648/94, que "Dispõe sobre a concessão de títulos declaratórios de utilidade pública".

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado à Lei nº 6.648, de 26 de maio de 1994, o seguinte artigo:

"Art. 2º-A - O decreto que declara de utilidade pública em conformidade com o art. 2º será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte - DOM/BH, e serão acrescentados no final da publicação:

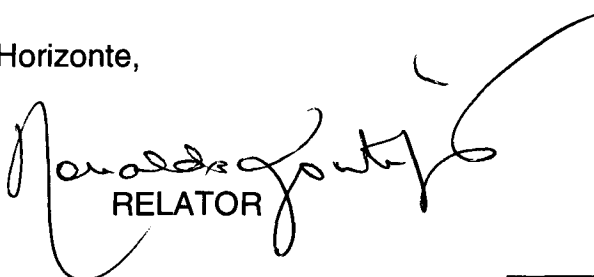
I - a referência à indicação que deu origem ao decreto;

II - o nome do autor da indicação.

Paragrafo único - Na publicidade do Executivo em que seja feita referência ao decreto, deve ser reservado igual espaço, em tempo de exibição e dimensão dos caracteres, para a referência e para o nome do autor da indicação que deu origem ao decreto.". (NR)

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG 3	Fl. 98
-------------	-----------

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 1874 / 16

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 24 / 11 / 16

Seção CM 479

Seção de Apoio ao Plenário – SECPLE

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a)  
Arnaldo Fontes para emitir  
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 28 / 11 / 2016

Arnaldo Fontes  
Presidente da COMISSÃO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.871/16**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 1.871/16, que “Dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Cultura e dá outras providências”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.871/16.

CM-BH-Rel. Legislativa-28-Nov-2016-15:09-05089-1/1



**PROJETO DE LEI Nº 1.871/16**

Dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Cultura e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Fica instituída no Município a Política Municipal de Fomento à Cultura.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - Câmara de Fomento à Cultura Municipal - CFCM: órgão colegiado deliberativo, composto paritariamente por representantes da administração pública municipal e do setor cultural, de comprovada idoneidade, para avaliar e direcionar o benefício financeiro que será atribuído aos projetos culturais contemplados por esta lei;

II - avaliação de projetos: procedimento por meio do qual os projetos culturais serão selecionados para a aplicação dos recursos previstos nesta lei, respeitadas a igualdade entre os proponentes, a liberdade de expressão e de criação, as diferenças regionais e a diversidade cultural;

III - Plano Bianual de Financiamento à Cultura: documento elaborado pelo órgão gestor de cultura do Município, que planeja a política de investimentos do Fundo Municipal de Cultura e o Incentivo Fiscal para os dois anos seguintes ao da elaboração, devendo ser previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural;

IV - Fundo Municipal de Cultura: mecanismo de captação e destinação de recursos para projetos e ações compatíveis com as finalidades da Política Cultural do Município, gerido pelo órgão gestor de cultura do Município;

V - Incentivo Fiscal - IF: mecanismo por meio do qual o Município realiza a renúncia fiscal em favor do incentivador de projetos de caráter artístico-cultural na cidade;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

VI - empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada em Belo Horizonte, diretamente responsável pelo projeto artístico-cultural a ser beneficiado por esta lei;

VII - incentivador: pessoa física ou jurídica, domiciliada em Belo Horizonte, contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - devido ao Município, que venha a transferir recursos, mediante patrocínio, em apoio a projetos culturais e ao Fundo Municipal de Cultura;

VIII - repasse de recursos do Fundo Municipal de Cultura: transferência ao empreendedor, em caráter definitivo e livre de ônus, de recursos do fundo, com o objetivo de executar projeto e/ou ação cultural;

IX - patrocínio: transferência de recursos, em caráter definitivo e livre de ônus, feita pelo incentivador ao empreendedor, para a realização de projeto cultural, com ou sem finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

X - recursos transferidos por Incentivo Fiscal: parcela de recursos transferidos pelo incentivador ao empreendedor, que poderá ser deduzida do valor do ISSQN devido pelo incentivador, para aplicação em projeto cultural incentivado;

XI - Termo de Compromisso do Incentivo Fiscal: documento firmado pelo empreendedor e pelo incentivador perante o Município, por meio do qual o empreendedor se compromete a realizar o projeto incentivado, na forma e condições propostas, e o incentivador, a transferir recursos necessários para a realização do projeto, nos valores e prazos estabelecidos, bem como a recolher integralmente e em dia o ISSQN devido;

XII - Termo de Compromisso do Fundo Municipal de Cultura: documento firmado pelo empreendedor perante o órgão gestor de cultura do Município, por meio do qual se compromete a realizar o projeto contemplado pelo Fundo Municipal de Cultura na forma e condições propostas.

Art. 3º - Os projetos e ações culturais a serem beneficiados por esta lei devem ser de natureza artística e cultural e promover, no âmbito do Município, o desenvolvimento cultural e artístico, o exercício dos direitos culturais e o fortalecimento da economia da cultura por meio dos seguintes objetivos:

I - apoiar as diferentes linguagens artísticas, garantindo suas condições de realização, circulação, formação e fruição nacional e internacional;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

II - apoiar as diferentes etapas da carreira dos artistas, adotando ações específicas para sua valorização;

III - apoiar a preservação e o uso sustentável do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município em suas dimensões material e imaterial;

IV - promover a distribuição equilibrada de recursos por toda a extensão geográfica do Município, observadas as peculiaridades regionais da cidade;

V - desenvolver a economia da cultura, a geração de emprego, a ocupação e a renda, fomentar as cadeias produtivas artísticas e culturais, estimulando a formação de relações trabalhistas estáveis;

VI - apoiar os conhecimentos e expressões tradicionais, de grupos locais e de diferentes formações étnicas e populacionais;

VII - valorizar a relevância das atividades culturais de caráter criativo, inovador ou experimental;

VIII - apoiar a formação, a capacitação e o aperfeiçoamento de agentes culturais públicos e privados;

IX - ampliar o acesso da população do Município à fruição e à produção de bens, serviços e conteúdos culturais, valorizando iniciativas voltadas para as diferentes faixas etárias;

X - promover o intercâmbio cultural com outros países por meio do apoio à difusão e da valorização das expressões culturais de Belo Horizonte;

XI - valorizar o saber de artistas, mestres de culturas tradicionais, técnicos, pesquisadores, pensadores e estudiosos da arte e da cultura;

XII - fomentar ações e políticas de comunicação social voltadas à ação cultural no Município;

XIII - conceder bolsas de estudo na área cultural e artística.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 4º - Para o alcance dos seus objetivos, esta lei apoiará, por meio de seus mecanismos e desde que presentes a dimensão cultural e o predominante interesse público, as seguintes ações:

I - produção e difusão de obras de caráter artístico e cultural, incluindo a remuneração de direitos autorais;

II - realização de projetos, tais como exposições, festivais, feiras e espetáculos;

III - concessão de prêmios mediante seleções públicas;

IV - instalação e manutenção de cursos para formar, especializar e profissionalizar agentes culturais públicos e privados;

V - realização de levantamentos, estudos, pesquisas e curadorias nas diversas áreas da cultura;

VI - aquisição, preservação, organização, digitalização e outras formas de difusão de acervos, arquivos e coleções;

VII - digitalização de acervos, arquivos e coleções, bem como a produção de conteúdos digitais, jogos eletrônicos, vídeoarte e o fomento à cultura digital;

VIII - restauração de obras de arte, documentos artísticos e bens móveis de reconhecido valor cultural;

IX - realização de intercâmbio cultural, nacional ou internacional;

X - demais ações estabelecidas no Plano Municipal de Cultura que tenham relação direta com esta lei.

Art. 5º - As diretrizes dos desembolsos e investimentos desta lei devem ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## CAPÍTULO II DO PLANO BIANUAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA

Art. 6º - O Plano Bianual de Financiamento à Cultura deverá ser elaborado com base em estudos e fundamentos técnicos, considerando:

I - as linguagens artísticas, os formatos de ações culturais ou as regiões geográficas da cidade a serem priorizadas;

II - a diversidade de beneficiados, em razão da origem geográfica, das linguagens e dos estilos artísticos;

III - os estágios de maturidade da carreira artística;

IV - o Plano Municipal de Cultura.

Art. 7º - O Plano Bianual de Financiamento à Cultura deverá ser discutido e aprovado em reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, sendo apresentado aos membros com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 8º - Fica alterada a denominação do Fundo de Projetos Culturais, estabelecido pela Lei nº 6.498, de 29 de dezembro de 1993, para Fundo Municipal de Cultura.

Parágrafo único - Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão executados por meio de seleção de projetos, nos termos desta lei, editais de prêmios e outras formas estabelecidas na legislação vigente.

Art. 9º - Constituirão recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura:

I - dotações orçamentárias;

II - valores relativos à cessão de direitos autorais e à venda de livros ou outras publicações e trabalhos gráficos patrocinados, editados ou coeditados pelo órgão gestor de cultura do Município;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

III - valores repassados pela União e/ou pelo Estado;

IV - saldos finais das contas correntes e o resultado das aplicações das sanções pecuniárias previstas nesta lei;

V - contribuições e subvenções de instituições financeiras oficiais;

VI - doações e contribuições em moeda nacional e estrangeira de pessoas físicas e jurídicas, domiciliadas no País ou no exterior;

VII - valores recebidos a título de juros e demais operações financeiras, decorrentes de aplicações de recursos próprios;

VIII - saldos de exercícios anteriores;

IX - valores recebidos em função de repasses relativos ao Sistema Nacional de Cultura, em conformidade com as disposições legais;

X - outras rendas eventuais.

Art. 10 - Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão repassados a fundo perdido, em favor de projetos e ações culturais de pessoas físicas ou de entidades privadas sem fins lucrativos, exigindo-se a comprovação de seu bom e regular emprego, bem como dos resultados alcançados.

Art. 11 - O Fundo Municipal de Cultura poderá exercer ações de política pública por meio de editais de fomento, concurso, convênios, entre outras formas previstas em lei.

Art. 12 - Serão destinados até 5% (cinco por cento) do orçamento do Fundo Municipal de Cultura para custeio de ações de gestão e ampliação ao acesso aos benefícios desta lei por meio do desenvolvimento de estudos, custeio de pareceres especializados, acompanhamento, gestão e proteção do acervo gerado, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos.

Parágrafo único - É vedada a utilização dos recursos previstos no *caput* deste artigo para custeio de despesas de manutenção administrativa do Executivo, com exceção do custeio dos jetons criados pelo art. 25 desta lei.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 13 - O órgão gestor de cultura do Município publicará, anualmente, em espaço virtual adequado, o montante de recursos destinado ao mecanismo do Fundo Municipal de Cultura no exercício anterior, com valores devidamente discriminados por beneficiário, ressaltando as áreas artísticas e os programas contemplados.

Art. 14 - É facultada a destinação de até 15% (quinze por cento) dos recursos do Fundo Municipal de Cultura para o suplemento da cadeia de comercialização de produtos culturais na circunscrição do Município.

§ 1º - A suplementação prevista no *caput* deste artigo deverá ocorrer preferencialmente por unidade de produto comercializado, tais como ingressos, livros, CDs e produtos culturais congêneres.

§ 2º - Compete ao órgão gestor de cultura do Município estabelecer, no Plano Bianual de Financiamento à Cultura, as formas de distribuição da suplementação da cadeia de produtos culturais.

## CAPÍTULO IV DO INCENTIVO FISCAL

Art. 15 - Os projetos beneficiados pelos recursos transferidos por incentivo fiscal, instituído pela Lei nº 6.498/93, deverão ter suas diretrizes previamente estabelecidas no Plano Bianual de Financiamento à Cultura.

Art. 16 - As transferências feitas por incentivadores em favor dos projetos culturais poderão ser integralmente deduzidas dos valores por eles devidos a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, observado o limite fixado pelo Executivo, na forma do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.498/93.

Parágrafo único - Os valores deduzidos pelo incentivador deverão ser repassados na proporção de 90% (noventa por cento) para o projeto incentivado e 10% (dez por cento) para o Fundo Municipal de Cultura, nos termos do regulamento.

Art. 17 - Os incentivadores que aderirem ao benefício fiscal previsto nesta lei receberão selo de responsabilidade cultural.

Art. 18 - É vedada a utilização do incentivo fiscal nos projetos em que sejam beneficiários os próprios incentivadores, seus sócios ou titulares e suas coligadas ou



controladas, cônjuges, parentes ascendentes, descendentes, colaterais ou afins em segundo grau.

Art. 19 - O órgão gestor de cultura do Município publicará anualmente, em espaço virtual adequado, o montante de recursos destinado ao fomento de projetos e ações culturais em razão da adesão ao mecanismo do incentivo fiscal no exercício anterior, com valores devidamente discriminados por beneficiário e incentivador, ressaltando as áreas artísticas e programas incentivados.

## CAPÍTULO V DA CÂMARA DE FOMENTO À CULTURA MUNICIPAL

Art. 20 - Fica criada a Câmara de Fomento à Cultura Municipal - CFCM, vinculada ao órgão gestor de cultura do Município, de caráter paritário, composta de 6 (seis) representantes da administração pública municipal e de 6 (seis) representantes do setor cultural, e seus respectivos suplentes, com a finalidade de avaliar e direcionar os recursos financeiros que serão atribuídos aos projetos e/ou às ações culturais.

§ 1º - As decisões da CFCM relativas a processos individuais serão divulgadas por meio de publicação oficial da Deliberação Decisória.

§ 2º - As decisões da CFCM relativas a matérias com repercussão sobre todos os processos desta lei serão divulgadas por meio de publicação oficial de Decisão Normativa.

§ 3º - As decisões da CFCM relativas à seleção de propostas serão divulgadas por meio oficial, nos termos previstos em edital.

Art. 21 - Os membros da CFCM deverão ter comprovada idoneidade e experiência no setor cultural e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

Art. 22 - Os representantes do setor cultural serão eleitos por meio de processo público e transparente, convocado pelo órgão gestor de cultura do Município, podendo candidatar-se e votar qualquer artista, independentemente de vinculação a associação, sindicato ou similar.

Parágrafo único - Caso o processo de seleção aconteça e não sejam eleitos membros suficientes, o órgão gestor de cultura do Município poderá indicar



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

representantes da sociedade civil para comporem as demais vagas, sendo tal indicação submetida à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 23 - A convocação da eleição deverá ser feita com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência junto às entidades representativas dos setores artísticos sediados no Município, e deverá ter publicidade em meio digital oficial, sem prejuízo aos demais meios de divulgação.

Art. 24 - Fica vedada aos membros da CFCM, a seus sócios ou titulares, às suas coligadas ou controladas e a seus cônjuges, parentes ascendentes, descendentes, colaterais ou afins, até segundo grau, a apresentação de projetos e/ou propostas que visem à obtenção de recursos previstos nesta lei, enquanto durarem os seus mandatos e até 1 (um) ano após o término desses mandatos.

Art. 25 - A cada membro da CFCM, efetivo ou suplente, serão atribuídos jetons no valor de R\$35,00 (trinta e cinco reais) por comparecimento à sessão de julgamento e R\$25,00 (vinte e cinco reais) por processo em que atuar como relator de pareceres técnicos.

§ 1º - Os jetons mencionados no *caput* deste artigo, por exercício de relatoria de pareceres técnicos, não serão devidos nas hipóteses de serem os processos classificados como próprios do rito sumário e/ou de estarem relacionados à matéria deliberada em Decisão Normativa, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º - Os valores dos jetons atribuídos no *caput* deste artigo poderão ser reajustados bianualmente, sendo limitado à variação do IPCA-E do período.

Art. 26 - O órgão gestor de cultura do Município promoverá meios para ampliar a participação feminina na CFCM.

Art. 27 - Poderão ser constituídas comissões setoriais e/ou específicas paritárias para análise das propostas ou projetos, desde que aprovado pela CFCM.

§ 1º - As comissões a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser compostas por pelo menos um membro representante do setor cultural da CFCM.

§ 2º - Serão realizadas seleções públicas para escolha dos membros da sociedade civil, conforme definido em regulamento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

§ 3º - Caso o processo de seleção ocorra e não sejam selecionados membros suficientes, o órgão gestor de cultura do Município poderá indicar representantes da administração pública municipal e/ou da sociedade civil para comporem as demais vagas, sendo tal indicação submetida à aprovação da CFCM.

§ 4º - Fica o Executivo autorizado a estender aos membros das comissões previstas no *caput* deste artigo o pagamento de jetons, na forma do art. 25 desta lei.

§ 5º - O Executivo regulamentará os procedimentos, formas e meios de atuação relativos às comissões setoriais e/ou específicas.

## CAPÍTULO VI DA SELEÇÃO DE PROJETOS OU PROPOSTAS

Art. 28 - Para obtenção dos recursos desta lei, os projetos e/ou propostas deverão ser selecionados por meio de edital público, sendo que a verificação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista deverá ocorrer no ato da assinatura dos termos de compromisso, e não na fase de seleção das propostas.

Parágrafo único - Os editais poderão fomentar ações artístico-culturais de período igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que respeitada a legislação orçamentária referente a cada exercício.

Art. 29 - A cada ano, o órgão gestor de cultura do Município poderá estabelecer editais específicos, de modo a contemplar a diversidade das expressões culturais no Município, desde que fundamentados no Plano Bianual de Financiamento à Cultura.

Art. 30 - No caso de projetos relativos a eventos culturais, somente serão aprovados aqueles que explicitarem o processo de continuidade e desdobramento, bem como preverem a participação da comunidade local, sob a forma de conferências, cursos, oficinas, debates e outras.

Art. 31 - Para a aprovação dos projetos, será observado o princípio da não concentração por segmento e por beneficiário, a ser aferido pelo montante de recursos, pela quantidade de projetos, pela respectiva capacidade executiva e pela disponibilidade do valor absoluto anual.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

§ 1º - Compete à CFCM e ao Executivo garantir equidade entre o volume de investimento destinado aos eventos e festivais e aquele direcionado aos investimentos diretos nos equipamentos e na produção de manifestações artísticas.

§ 2º - Os festivais, mostras e eventos congêneres deverão ser aprovados prioritariamente na modalidade incentivo fiscal.

§ 3º - A aprovação de recursos para um mesmo proponente observará os seguintes limites:

I - 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) do limite previsto anualmente em lei orçamentária para pessoas jurídicas;

II - 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) do limite previsto anualmente em lei orçamentária para pessoas físicas.

Art. 32 - A distribuição do montante anual não deve ser menor que 3,0% (três por cento) para cada regional.

Art. 33 - Fica o órgão gestor de cultura do Município autorizado a destinar os recursos mencionados nesta lei para projetos selecionados pelo cidadão por meio de processo *on-line* de votação, constituindo o Orçamento Participativo Digital da Cultura - OPDC.

§ 1º - Os projetos serão pré-selecionados pela CFCM ou pela comissão setorial ou específica competente.

§ 2º - O processo de votação apresentará propostas específicas para cada regional.

§ 3º - Os procedimentos relativos ao OPDC observarão regulamento próprio.

Art. 34 - O órgão gestor de cultura do Município implantará sistema informatizado de inscrição, tramitação, avaliação, gestão e acompanhamento dos projetos e processos desta lei, de modo a garantir maior transparência na gestão e na avaliação dos seus resultados e da correta aplicação dos recursos públicos.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## CAPÍTULO VII DA CONTRAPARTIDA SOCIOCULTURAL

Art. 35 - Os projetos a que se refere esta lei deverão apresentar proposta de contrapartida, entendida como a ação a ser desenvolvida pelo projeto que propicie o retorno sociocultural pelo apoio financeiro recebido, sendo que as diretrizes deverão ser reguladas pelo Conselho Municipal de Política Cultural por meio do Plano Bianual de Financiamento à Cultura.

§ 1º - A contrapartida sociocultural deve estar relacionada à descentralização cultural e/ou à universalização e democratização do acesso a bens culturais, e seus custos não poderão estar incluídos nos valores repassados nos termos desta lei.

§ 2º - A contrapartida deve, sempre que possível, ser mensurada economicamente no ato da apresentação da proposta.

§ 3º - A prestação de contas da contrapartida ocorrerá por comprovação da execução do objeto.

§ 4º - Nos casos em que não for comprovada a execução da contrapartida, aplicam-se as sanções previstas nesta lei.

## CAPÍTULO VIII DAS PENALIDADES

Art. 36 - O empreendedor que não comprovar a correta aplicação dos recursos resultantes de projetos culturais ficará sujeito ao pagamento do valor recebido nos moldes desta lei, corrigido pela variação aplicável para cobrança dos tributos municipais, acrescido de 10% (dez por cento) a título de multa, ficando ainda excluído da participação em qualquer projeto cultural abrangido por esta lei, pelo prazo de 8 (oito) anos, sem prejuízo das penalidades criminais e civis cabíveis.

Art. 37 - O órgão gestor de cultura no Município deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias da constatação de inadimplência do empreendedor, tomar as medidas administrativas com o intuito de propiciar a oportunidade de sanar a pendência.

Parágrafo único - Transcorrido o prazo previsto no *caput* deste artigo, caso não seja sanada a pendência, deverá ser constituído o crédito de natureza administrativa e o devido lançamento na Dívida Ativa do Município.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 38 - Nos casos de não apresentação ou de reprovação integral das contas apresentadas, o crédito deve ser constituído pelo valor total dos repasses.

Art. 39 - Nos casos de reprovação parcial das contas, os créditos deverão ser constituídos no montante restante ao demonstrado e devidamente executado.

Art. 40 - A data do lançamento na Dívida Ativa observará as seguintes regras:

I - quando se tratar de omissão do dever de prestar contas, a data de lançamento será a estabelecida no término do termo ou instrumento congêneres;

II - quando se tratar de reprovação das contas, a data de lançamento será a do ato de reprovação assinado pelo ordenador.

Art. 41 - No caso de comprovação intempestiva da correta aplicação dos recursos:

I - a multa estabelecida no art. 36 desta lei será devida, mas não o valor principal devidamente constituído;

II - a sanção de 8 (oito) anos a que se refere o art. 36 desta lei será extinta.

Art. 42 - A apuração da execução do objeto para fins de constituição de crédito de natureza administrativa compete à Câmara de Fomento à Cultura Municipal.

Art. 43 - Fica o Executivo autorizado a extinguir os créditos citados no art. 37 desta lei, decorrentes da omissão do dever de prestar contas, da rejeição das contas, ainda que parcial, inscritos ou não na Dívida Ativa, mediante dação em pagamento de serviços culturais, verificada a viabilidade econômico-financeira, a conveniência e a oportunidade, nos moldes da legislação vigente.

Parágrafo único - O Executivo estabelecerá a forma, o prazo e as condições em que se efetivará a extinção do crédito consoante o disposto no *caput* deste artigo, desde que:

I - o empreendedor demonstre capacidade técnica e legal para execução do serviço cultural;



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

II - os custos de execução dos serviços contratados sejam realizados integralmente pelo empreendedor;

III - o empreendedor demonstre ser detentor de todos os direitos autorais inerentes ao serviço prestado;

IV - a proposta de dação apresentada pelo empreendedor seja aprovada pelo Conselho Municipal de Política Cultural;

V - seja efetuado o pagamento dos honorários advocatícios devidos, bem como das custas judiciais, se for o caso, quando se tratar de crédito em execução ou outra demanda judicial;

VI - seja apresentado termo de confissão de dívida e renúncia formal a eventuais direitos demandados administrativamente ou em juízo assinado pelo sujeito passivo ou por seu representante legal.

Art. 44 - Para fins da extinção do crédito mediante dação em pagamento de serviços culturais, o valor do serviço será previamente estabelecido por meio de avaliação efetuada por servidor público municipal ou por profissional credenciado para essa função na administração pública municipal, nos termos do regulamento.

Parágrafo único - Caso a mensuração econômica do serviço seja inferior ao montante atualizado devido, a execução dos créditos prosseguirá pelo montante restante devido.

## CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 - O órgão gestor de cultura do Município realizará treinamento específico a cada edital, para elaboração e prestação de contas, visando à ampliação das oportunidades de acesso aos recursos desta lei e a sua correta aplicação.

Art. 46 - O órgão gestor de cultura do Município deverá conceder ao empreendedor um manual que demonstre as técnicas e as formas para execução exemplar do recurso público.

Art. 47 - O empreendedor deverá manter guarda dos documentos que comprovem a boa execução do recurso público por um período de 5 (cinco) anos,



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

contados do término do Termo de Compromisso do Fundo Municipal de Cultura e/ou do Termo de Compromisso do Incentivo Fiscal.

Art. 48 - Toda transferência ou movimentação de recursos relativos aos projetos culturais será feita por meio de conta bancária vinculada, aberta pelo empreendedor especialmente para os fins previstos nesta lei, sendo que os dados relativos à movimentação da conta devem ser disponibilizados de forma irrestrita ao órgão de controle do poder público.

§ 1º - O empreendedor deverá manter os recursos não utilizados em aplicação que tenha garantia do Fundo Garantidor Nacional ou em aplicação que seja lastreada em títulos do tesouro nacional, com liquidez diária, sendo que o fruto do rendimento deverá ser repassado ao Fundo Municipal de Cultura.

§ 2º - Caso o empreendedor não efetue a aplicação referida no § 1º deste artigo, deverá reembolsar o Fundo Municipal de Cultura pelo saldo do montante não aplicado, atualizado pelo índice de atualização monetária aplicado aos tributos municipais.

Art. 49 - A administração pública municipal deve acompanhar os projetos financiados por esta lei durante toda sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto e da legislação vigente.

§ 1º - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, o órgão gestor de cultura do Município realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários dos projetos e utilizará os resultados como subsídio na avaliação dos termos celebrados e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

§ 2º - Para a implementação do disposto no *caput* e no § 1º deste artigo, o órgão gestor de cultura poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 50 - Qualquer cidadão terá acesso a toda documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta lei, desde que atendidos os requisitos da Lei de Acesso à Informação.

Art. 51 - Para atender ao disposto nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a adaptar seus instrumentos de planejamento financeiro e, nos termos dos artigos



DIRLEG 3	Fl. 33
-------------	-----------

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 4872 / 46

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 24 / 11 / 46

Shan CM479

Seção de Apoio ao Plenário – SECPLE

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a)  
Renaldo Zontag para emitir  
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 28 / 11 / 2016

Renaldo Zontag  
Presidente da COMISSÃO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.872/16**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 1.872/16, em cuja ementa se lê “REVOGAR A LEI MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍTULOS DECLARATÓRIOS DE UTILIDADE PÚBLICA”, de autoria do vereador Heleno, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Saliente-se que a data da Lei nº 6.648/94 foi corrigida. Além disso, eliminou-se o art. 2º do projeto, de maneira a atender aos preceitos da técnica legislativa.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.872/16.



**PROJETO DE LEI Nº 1.872/16**

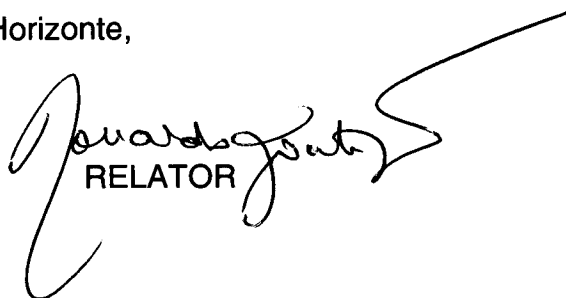
Revoga a Lei nº 6.648/94, que dispõe sobre a concessão de títulos declaratórios de utilidade pública.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 6.648, de 26 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de títulos declaratórios de utilidade pública.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



DIRLEG LJ	Fl. 52
--------------	-----------

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 2008 / 16

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 24 / 11 / 16

João CM 479

Seção de Apoio ao Plenário – SECPLE

Fica

designado(a)

relator(a)

o(a)

Vereador(a)

para emitir  
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em

29 / 11 / 2016

Normando Gontijo  
Presidente da COMISSÃO





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## **Comissão de Legislação e Justiça** **Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 2.008/16**

### **Relatório**

O Projeto de Lei nº 2.008/16, que "Institui a Operação Urbana Simplificada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais", de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### **Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### **Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 2.008/16.



**PROJETO DE LEI Nº 2.008/16**

Institui a Operação Urbana Simplificada do  
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Esta lei institui a Operação Urbana Simplificada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - OUS-TCE, em consonância com o disposto nos arts. 13 e 66 da Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996.

§ 1º - A OUS-TCE tem como objetivos:

I - melhorar a relação do edifício-sede do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG - com o espaço público, de forma a proporcionar ganhos à ambiência e à paisagem urbana locais;

II - qualificar a centralidade polarizada pela Avenida Raja Gabágliã;

III - dar condições à qualificação das instalações do TCEMG.

§ 2º - A área da OUS-TCE, identificada no Anexo I desta lei, compreende o imóvel referente à sede do TCEMG, correspondente aos lotes 05 a 09 e 23 a 28 do quarteirão 523 da Ex-Colônia Afonso Pena, bem como os passeios lindeiros às testadas dos mesmos, ao longo da Avenida Raja Gabágliã e da Rua Flavita Bretas.

Art. 2º - Para fins de aprovação do empreendimento-sede do TCEMG será concedido benefício referente à aplicação dos parâmetros urbanísticos constantes do Anexo II desta lei, condicionado à incorporação, pelo empreendimento, das seguintes soluções projetuais:

I - tratamento do passeio e do afastamento frontal voltado para a Avenida Raja Gabágliã, com implantação de projeto paisagístico a ser elaborado pelo interessado e aprovado pelos órgãos municipais responsáveis pela política urbana e pela política de preservação do patrimônio, que deverá contemplar:

a) remoção ou realocação do gradil voltado para a Avenida Raja Gabágliã, acompanhada de destinação da área de afastamento frontal para fruição pública,



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

com implantação de mobiliário urbano e iluminação de 2º nível, bem como de vegetação e arborização;

b) ampliação do passeio sobre a área de estacionamento de veículos localizado no logradouro público, com remanejamento das vagas prioritárias, caso existentes;

II - disponibilização de bicicletário com capacidade para 20 (vinte) bicicletas alternativamente:

a) na área de fruição pública;

b) no pavimento térreo, com visibilidade a partir da entrada principal do empreendimento ou da área de fruição pública, com sinalização adequada;

III - implantação de mirante aberto ao público na porção do terreno voltada para a Rua Flavita Bretas, em conformidade com o disposto pelo órgão municipal responsável pela política de preservação do patrimônio;

IV - tratamento da fachada voltada para a Rua Flavita Bretas, com implantação de jardineiras nos pavimentos de estacionamento e jardim vertical no muro de contenção, bem como de arborização no trecho do passeio lindeiro ao empreendimento;

V - emprego de soluções técnicas voltadas para a redução do impacto ambiental da edificação.

Parágrafo único - O atendimento aos parâmetros urbanísticos e às soluções projetuais constantes do *caput* deste artigo é condição para a emissão da certidão de baixa do empreendimento.

Art. 3º - A OUS-TCE tem validade de 5 (cinco) anos a partir da data de sua publicação, prazo em que deverão ser licenciados os projetos arquitetônicos que façam uso dos benefícios previstos nesta lei.

Art. 4º - Na OUS-TCE, aplicam-se, subsidiariamente, as normas da legislação urbanística, edilícia e de posturas do Município.

Art. 5º - São partes integrantes desta lei:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

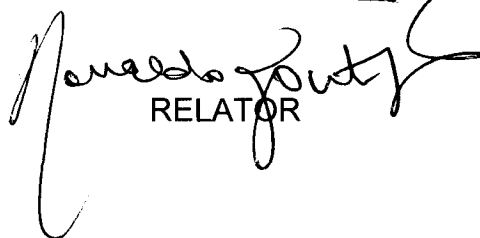
Dirleg	Fl.

I - o Anexo I - Perímetro de OUS-TCE;

II - o Anexo II - Parâmetros urbanísticos.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO





## ANEXO II - PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Coeficiente de aproveitamento (bruto)	6,18
Taxa de permeabilidade	19,2%
Afastamentos frontais mínimos	9,20m em relação à Avenida Raja Gabáglia
	3,0m para novas edificações em relação à Rua Flavita Bretas
Afastamentos laterais mínimos	1,50m
Distância mínima entre blocos	Livre, a ser definida em projeto sob responsabilidade técnica do empreendedor



DIRLEG <i>ll</i>	Fl. 31
---------------------	-----------

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 2026 / 2016

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em <u>22 / 11 / 16</u>	<u><i>[Assinatura]</i> - 279</u>
Divisão de Apoio Técnico-operacional - DIVATO	

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a) _____	
<u><i>Ronald Gont...</i></u>	para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.	
Em <u>29 / 11 / 2016</u>	<u><i>Ronald Gont...</i></u> Presidente da COMISSÃO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 2.026/16**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 2.026/16, que “Dá o nome de José do Carmo Miranda à Praça Quatro Mil Duzentos e Setenta e Nove, no bairro Minascaixa no Município de Belo Horizonte”, de autoria do vereador Juninho Los Hermanos, foi aprovado conclusivamente por esta comissão com a Emenda nº 1 (Substitutiva) e a ela retorna para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foi feita a substituição do texto original do projeto em decorrência da aprovação da Emenda nº 1 (Substitutiva). Foram também promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 2.026/16.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 2.026/16

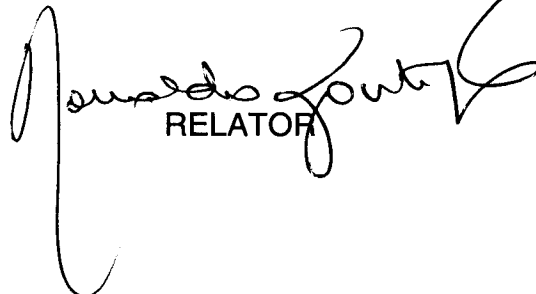
Dá o nome de José do Carmo Miranda à Praça Quatro Mil Duzentos e Setenta e Nove, no Bairro Minascaixa.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada José do Carmo Miranda a Praça Quatro Mil Duzentos e Setenta e Nove, código 311911, no Bairro Minascaixa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



DIRLEG <u>41</u>	Fl. <u>20</u>
---------------------	------------------

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 2028 / 2016

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 22 / 11 / 16

Alva - 279

Divisão de Apoio Técnico-operacional - DIVATO

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a)

Ronaldo Gontz

para emitir

parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em

28 / 11 / 2016

Ronaldo Gontz  
Presidente da COMISSÃO



## Comissão de Legislação e Justiça

## Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 2.028/16

# Relatório

O Projeto de Lei nº 2.028/16, que “Altera a Lei nº 9.076, de 18 de janeiro de 2005, que ‘cria o Parque Ecológico e Cultural Vitória e dá outras providências”, de autoria do vereador Tarcísio Caixeta, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

## Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo, sem que essas impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Cabe destacar, no texto do art. 1º da Lei nº 9.076/05 – que o art. 2º deste projeto propõe alterar –, o acréscimo da palavra “quadrados” na medida do lote mencionado no dispositivo, para retificar o registro por extenso da medida.

Cabe também observar que não consta, no texto do projeto aprovado, a cláusula de vigência.

## Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 2.028/16.

NO



**PROJETO DE LEI Nº 2.028/16**

Altera a Lei nº 9.076/05, que cria o Parque Ecológico e Cultural Vitória e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - A ementa da Lei nº 9.076, de 18 de janeiro de 2005, passa a ter a seguinte redação:

“Cria o Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis, no Bairro Vitória, e dá outras providências.”. (NR)

Art. 2º - O art. 1º da Lei nº 9.076/05 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis, na área localizada no Bairro Vitória - 2.776, código de planta Prodabel/SCD - C.286-CP.37-14-L Lote com 101.919,20m² (cento e um mil novecentos e dezenove metros quadrados e vinte décimos quadrados).”. (NR)

Art. 3º - O *caput* do art. 2º da Lei nº 9.076/05 e seu § 1º passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - A gestão do Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis será feita com a participação de uma comissão consultiva.

no 7.

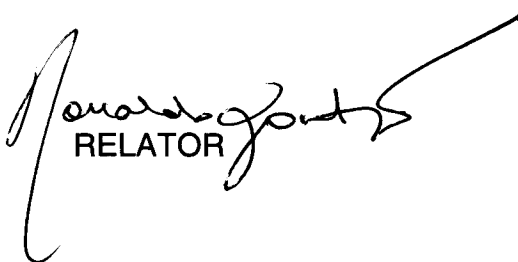


## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

§ 1º - Os termos que nortearão a gestão do Parque Ecológico e Cultural Fernando Roquete Reis serão definidos no regulamento desta lei.". (NR)

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



DIRLEG 11	Fl. 15
--------------	-----------

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 2029 / 2016

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 21 / 11 / 16

[Assinatura] - 249

Divisão de Apoio Técnico-operacional - DIVATO

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a) \_\_\_\_\_

Ronaldinho Spitzer

para emitir

parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 29 / 11 / 2016

[Assinatura]

Presidente da COMISSÃO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 2.029/16**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 2.029/16, que “Dá o nome de Afonso Lara à Rua 4560, entre a Rua Padre Pedro Pinto e Rua Santo Antônio, em Venda Nova”, de autoria do vereador Silvinho Rezende, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 2.029/16.

C:\B\Projeto de Lei\2029-16\2016-17\13-05105-1\1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 2.029/16

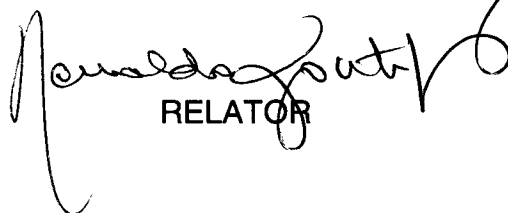
Dá o nome de Afonso Lara à Rua 4.560, em Venda Nova.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Afonso Lara a Rua 4.560, código 312346, entre a Rua Padre Pedro Pinto e a Rua Santo Antônio, em Venda Nova.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO





DIRLEG <i>el</i>	Fl. <i>14</i>
---------------------	------------------

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PL Nº 2043 / 2016

### À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA Para Redação Final

Em 22 / 11 / 16

*[Signature]* - 279

Divisão de Apoio Técnico-operacional - DIVATO

Fica designado(a) relator(a) o(a) Vereador(a) \_\_\_\_\_

*Ronaldo Fontes*

para emitir

parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 29 / 11 / 2016

*Ronaldo Fontes*

Presidente da COMISSÃO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## **Comissão de Legislação e Justiça** **Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 2.043/16**

### **Relatório**

O Projeto de Lei nº 2.043/16, que “dá nome à rua que menciona no Bairro Jaqueline”, de autoria do vereador Coronel Piccinini, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

### **Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### **Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 2.043/16.

2016-11-17 17:13:00 05104-1/1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 2.043/16

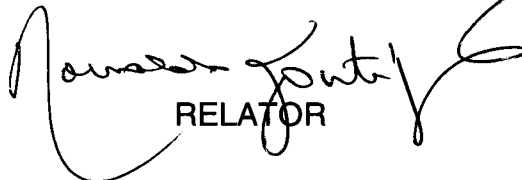
Dá o nome de Ana Maria Gomes à Rua G, no Bairro Jaqueline.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Ana Maria Gomes a Rua G, código 014172, no Bairro Jaqueline.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte,

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
DIVATO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM TURNO ÚNICO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 2.044/2016

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Pablo César - Pablito, o Projeto de Lei nº 2.044/2016, que "Dá o nome de Shimon Peres à Praça a ser instalada no terreno localizado na Rua Dr. Javert Barros com Av. José de Oliveira Vaz no bairro Buritis em Belo Horizonte, é submetido à Comissão de Legislação e Justiça para apreciação em turno único.

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, sobre:

- b) aspecto jurídico e de mérito de projetos sobre denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

## FUNDAMENTAÇÃO

A proposta em apreço dispõe sobre atribuir o nome de Shimon Peres a uma praça a ser instalada no terreno localizado na Rua Dr. Javert Barros com Avenida José de Oliveira Vaz no bairro Buritis.

O projeto em apreço é amparado pelo art. 30, I da Carta Magna, quando prevê a capacidade do Poder Público legislar sobre assuntos de interesse local e atende igualmente os ditames do art. 37 da Constituição da República que afirma que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios

Diret. Legislativa - 23-Nov-2016 - 15:05 - 005069-001



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

No que tange a legalidade, o projeto vai ao encontro com o disposto no art. 7º, II da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que aduz que o Município exerce sua autonomia ao legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber.

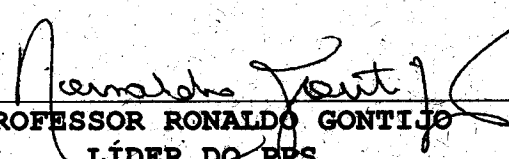
O autor da proposta cumpriu as exigências legais pertinentes dispostas na lei 9691/2009 que "Dispõe sobre a identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito, e de imóvel urbano e dá outras providências".

Observadas as qualidades indispensáveis para análise da matéria, verificado o que determina o Regimento Interno desta Casa Legislativa passo a conclusão que segue.

### CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, opino pela juridicidade e aprovação do Projeto de Lei nº 2.044/2016.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
PROFESSOR RONALDO GONTIJO  
LÍDER DO PPS